

08 de Março de 2008

Para dois ex-ministros da Educação de Guterres, nem o ensino privado é supletivo do ensino público, nem a escola pública pode ser subalternizada

## Escola pública e serviço público de educação

Eduardo Marçal Grilo  
e Guilherme d'Oliveira Martins

**1** Os temas da Educação exigem uma reflexão serena e construtiva, uma vez que têm que ver com a sociedade toda e com o seu desenvolvimento. Muito se tem dito e escrito em defesa da escola pública ou em defesa de um sistema educativo público, gratuito e aberto a todos os cidadãos, mas é fundamental clarificar o que está em causa quando abordamos o tema.

**2** O que nos parece estar em causa não é a defesa de uma concepção redutora de escola pública, vista como entidade integrada num sistema, em que o Estado assume o papel de educador e de detentor de um projecto educativo único que trata todos os cidadãos da mesma forma e que tende a harmonizar ou a uniformizar os saberes, as formações, os comportamentos e as atitudes dos cidadãos que integram esse mesmo Estado.

**3** É necessário, pois, não confundir a importância das escolas públicas, onde o ensino é garantido a todos sem excepção, com a criação de um 'sistema' detido e gerido pelo Estado de forma centralizada, sem que os cidadãos assumam o papel determinante que lhes cabe na definição da acção que cada escola deve desenvolver junto das pessoas, das famílias e da comunidade onde está inserida.

**4** Por mais que se queira que a escola constitua um elemento no combate às desigualdades e à exclusão, o que é mais relevante e deve ser assinalado é que a educação das crianças e dos adolescentes é primordialmente uma responsabilidade dos pais e das famílias, sendo a escola uma estrutura muito relevante, que deve essencialmente ensinar e fazer com que os seus alunos e alunas aprendam, aprendam cada vez mais, adquiram o gosto de aprender e, sobretudo, de ler e de se cultivar.

**5** Não deve, porém, confundir-se escola pública e serviço público de educação, pois que este tanto pode ser prestado por instituições públicas como por instituições privadas, sejam estas jardins de infância, escolas básicas ou secundárias, universidades ou politécnicos. Deste modo, o serviço público tem que ver com a prestação de educação e aprendizagem segundo uma lógica de interesse geral, mobilizando a iniciativa e a criatividade sociais. Nem o ensino privado é supletivo do ensino público, nem a escola pública pode ser subalternizada.

**6** O estatuto das escolas e o grau de autonomia de que gozam devem ser tais que não seja possível distinguir o que é uma escola pública de uma escola cooperativa ou de uma instituição puramente privada.

O Estado não deve exercer funções de regulação e ao mesmo tempo ser o proprietário único das escolas de direito público. Isto significa que a autonomia das escolas públicas deve ser o mais alargada que é possível, ao mesmo tempo que o sistema de governo destas escolas deve ser partilhado entre os principais protagonistas da escola, designadamente os professores, os pais e os representantes da comunidade em que a mesma está inserida.

**7** Não é, além do mais, correcto que se continue a confundir a diversidade com a defesa da privatização do sistema escolar, uma vez que o Estado e a sociedade não podem deixar de desempenhar um papel determinante no funcionamento das estruturas educativas que são indispensáveis à defesa dos mais desprotegidos e dos mais frágeis.

Aqueles que pretendem convencer-nos das grandes vantagens dos esquemas ideológicos que defendem o privado apenas porque é privado deveriam confrontar, com rigor, o que se tem passado em países de referência como os EUA ou o Reino Unido, onde as reformas recentemente introduzidas mostram a importância de salvaguardar o espaço público e o serviço público e de compatibilizar o público com o privado. A liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo e a diversidade exigem, assim, um justo equilíbrio entre as iniciativas, as escolhas, a autonomia, a diversidade, o pluralismo e a regulação.

**8** O que importa acima de tudo é que as nossas escolas sejam capazes de contribuir para a formação de pessoas livres, autónomas, criativas e empreendedoras, cultas, responsáveis e que disponham de um quadro cívico de referência que as leve a serem exigentes consigo mesmas e com os outros — e sobretudo interessadas em se valorizar e em contribuir para a construção de uma sociedade mais próspera e mais justa, mais aberta e mais responsável.

**9** Em relação ao direito de escolha, do que o país necessita não é de uma discussão ideológica, que não conduzirá a resultados positivos. Do que necessita é de um estudo sério sobre as alternativas que se colocam e que têm sido aplicadas e testadas em diversos países, tendo em atenção que esta matéria não deve ser confundida com a questão do público e do privado nem prejudicar a preservação da qualidade do serviço público de educação.